

1.
Apresentação geral

2.
Objetivo geral

3.
Programa resumido

4.
Bibliografia principal

1.

Curso: Solicitadoria

Área/ Subárea: Direito / Direito Comum

Semestre: 6º Semestre

Carga horária: 4,5H

ECTS: 5

2.

A unidade curricular de Direito da União Europeia visa habilitar o aluno com conhecimentos aprofundados sobre a ordem jurídica da União Europeia que lhe permitam compreender as suas origens e fundamentos, por forma a poder equacionar de maneira correcta o seu funcionamento actual.

3.

Parte I

1 – Génese das comunidades europeias; contexto histórico em que surgem

2 – Tratados que instituem a CECA, a CEEA e a CEE – seus objectivos

3 – As instituições e os órgãos da União Europeia:

3.1 – O Conselho:

3.1.1- Composição e funções;

3.1.2 - A presidência rotativa e o processo de deliberação;

3.1.3 - O Comité de Representantes Permanentes (COREPER);

3.2 – O Conselho Europeu:

3.2.1- Composição e funções;

3.2.2- A presidência permanente.

3.3 – A Comissão:

3.3.1- Composição e designação dos seus membros;

3.3.2- A presidência e organização da Comissão;

3.3.3- Participação da Comissão no processo legislativo;

3.3.4- Funções executivas;

3.3.5- A defesa da legalidade;

3.4 – O Parlamento Europeu:

3.4.1 - Composição e funcionamento;

3.4.1.1- O processo de consulta, o processo de cooperação e o processo de co-decisão;

- 3.4.1.2- A emissão de parecer favorável;
- 3.4.1.3- Os parlamentos nacionais e o processo de integração;
- 3.4.1.4 - Competência em matéria orçamental;
- 3.5 – O Tribunal de Justiça da União Europeia:
- 3.5.1 - Missão do Tribunal;
- 3.5.2 – Tribunal de Justiça, Tribunal Geral e tribunais especializados.
- 3.6 – O Banco Central Europeu.

4 – As fontes do Direito da União Europeia:

- 4.1 – Os Tratados;
- 4.2 – Os actos normativos:
 - 4.2.1 – Tipologia dos actos normativos:
 - 4.2.1.1 – O regulamento;
 - 4.2.1.2 – A directiva;
 - 4.2.1.3 – A decisão;
 - 4.2.1.4 – As recomendações e os pareceres;
 - 4.2.2 – A hierarquia das normas da União Europeia;
- 4.3 – As Convenções internacionais;
- 4.4 – A jurisprudência dos Tribunais da União Europeia.

5 – Princípios fundamentais de Direito da União Europeia

- 5.1 – O efeito directo;
- 5.2 – A primazia.

6 - O contencioso comunitário. - Sujeitos activos, sujeitos passivos, fundamentos e particularidades das acções

- 6.1 – Acção por incumprimento
 - 6.1.1 – Sujeitos activos e passivos
 - 6.1.2 - Incumprimento por acção
 - 6.1.3 – Incumprimento por omissão
 - 6.1.4 – A fase pré-contenciosa
 - 6.1.5 – A fase judicial
 - 6.1.6 – Efeitos do acórdão do TJCE
 - 6.1.7 – A sanção pecuniária
- 6.2 – Recurso de anulação de actos ilegais
 - 6.2.1 – Sujeitos activos e passivos
 - 6.2.2 – Fundamentos
- 6.3 – Excepção de ilegalidade
 - 6.3.1 – Sujeitos activos e passivos
- 6.4.2- Fundamentos
- 6.4 – Recurso por omissão
 - 6.4.1 – Sujeitos activos e passivos
 - 6.4.2 – Fundamentos
 - 6.4.3 – A fase pré-contenciosa
 - 6.4.4 – Fase judicial
- 6.5 – Acção de indemnização
 - 6.5.1 – Sujeitos activos e passivos
 - 6.5.6 - Fundamentos
- 6.6 – Processo de reenvio prejudicial
 - 6.6.1 – Aplicação do Direito da União Europeia
 - 6.6.2 – Interpretação do Direito da União Europeia

Parte II**A integração económica****1 – O percurso da União Aduaneira à União Económica e Monetária;**

- 1.1 – União Aduaneira
 - 1.1.1 – Tratado de Roma
 - 1.1.2 - Livre circulação de mercadorias
 - 1.1.3 – Pauta Aduaneira Comum
- 1.2 – Integração económica
 - 1.2.1 – Acto único Europeu
 - 1.2.2 – Mercado Interno
 - 1.2.3- Tratado de Maastricht
- 1.3 – União Económica e Monetária
 - 1.3.1 – As 3 fases de evolução
 - 1.3.2 – A moeda única

2 – As medidas de integração negativa e positiva

- 2.1- Vantagens e dificuldades da integração económica

3 – A liberdade de circulação de mercadorias

- 3.1 – Proibição de direitos aduaneiros de importação e exportação
- 3.1.2 – Encargos de efeito equivalente
- 3.1.3 – Proibição de restrições quantitativas e medidas de efeito equivalente
- 3.1.4 – Derrogações à regra de livre circulação de mercadorias

4 – A liberdade de circulação de trabalhadores

- 4.1 – Liberdade de circulação de pessoas
- 4.2 – Acordo de Schengen
- 4.3 – Liberdade de circulação de trabalhadores
 - 4.3.1 – Liberdade de deslocação
 - 4.3.2 – Direito de residência
 - 4.3.3 – Direito de permanência
 - 4.3.4 – Liberdade de acesso ao emprego
 - 4.3.5 – Reservas à liberdade de circulação de pessoas

5 – A livre prestação de serviços e o direito de estabelecimento

- 5.1 – Noção de estabelecimento
- 5.2 – Noção de prestação de serviços
- 5.3 – Beneficiários das liberdades de estabelecimento e de prestação de serviços
- 5.4 – O princípio da não discriminação
- 5.5 – Derrogações à liberdade de estabelecimento e de prestação de serviços

6 – A liberdade de circulação de capitais

- 6.1 – A liberalização dos pagamentos
- 6.2 – A liberalização dos movimentos de capitais
- 6.3 – Limitações à liberalização dos pagamentos e movimentos de capitais

7- O Direito Europeu da Concorrência

- 7.1 – Domínio de aplicação do Direito da Concorrência
- 7.2 – Direito da concorrência aplicável às empresas
 - 7.2.1 – Os cartéis
 - 7.2.2 – O abuso de posição dominante

- 7.2.3 – A concentração de empresas
- 7.3 – Regras da concorrência aplicáveis aos Estados e empresas públicas
- 7.4 – Os auxílios estatais
 - 7.4.1 – Categorias de auxílios estatais
 - 7.4.2 – Princípio da interdição de auxílios estatais e suas derrogações

4.

Mota Campos, João e João Luiz Mota de Campos – Manual de Direito Europeu, Coimbra Editora, 6.^a edição, 2010
Campos, João Mota de – Contencioso Comunitário, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002

Quadros, Fausto de e Ana Maria Guerra Martins – Contencioso Comunitário, Almedina, 2002

Quadros, Fausto de – Direito da União Europeia, Almedina, 2004

Moura e Silva, Miguel – Direito da concorrência. Uma introdução jurisprudencial, Coimbra: Almedina, 2008.

NÃO SERVE PARA EFEITOS DE CERTIFICAÇÃO